

# Estados querem R\$100 bilhões para recompor perdas na reforma tributária

REFORMA TRIBUTÁRIA

## FUNDO BILIONÁRIO

### Estados querem compensação de R\$ 100 bi pelo fim da guerra fiscal

MANOEL VENTURA  
E VICTÓRIA ABEL  
economiaglobo.com.br

A apresentação ontem do relatório da reforma tributária pelo deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB) intensifica as negociações em torno dos temas em que ainda não há consenso entre deputados, senadores, governadores e prefeitos. Um dos pontos centrais é a compensação de estados e municípios pelo fim da guerra fiscal — a concessão de incentivos tributários pelos entes para atração de investimentos para suas regiões —, o que será feito por meio de injeção de recursos no Fundo de Desenvolvimento Regional. Os estados querem uma conta de R\$ 100 bilhões por ano, até 2032, sendo a maior parte ou a totalidade desse dinheiro bancada com recursos federais, de acordo com representantes dos governadores nas negociações. Ribeiro leu as linhas gerais da proposta (leu no quadro abaixo) discutidas num grupo de trabalho da Casa, sobre os temas em que há consenso entre parlamentares, mas deixou de fora soluções para conflitos que historicamente travaram o avanço da pauta.

**PRIMEIRA SEMANA DE JULHO** Segundo ele, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o projeto será apreciado no plenário na primeira semana de julho. Para ser aprovada, a proposta precisa de ao menos 308 votos favoráveis, em dois turnos. Antes disso, será preciso ter um texto final para ser votado, o que virá em dez dias. Nas negociações, as conver-



Ciça em discussão. Relator Aguiinaldo Ribeiro apresenta linhas da reforma: governo vai aportar recursos em fundo para recompor estados, mas não definiu valor

são para que o governo federal banque sozinho uma fatia de pelo menos R\$ 60 bilhões ao ano. Esse valor é calculado considerando que a União arrecada cerca de dois terços dos tributos e fica com cerca de 55% das receitas. Além disso, o argumento é que é papel da União criar instrumentos para reduzir desigualdades regionais. O secretário extraordinário da Reforma Tributária da Fazenda, Bernard Appy, que acompanhou a apresentação do relatório, reconheceu que o governo fará um

aporte no fundo, mas não especificou de quanto. — Não é um valor ilimitado. Isso será feito de forma a não comprometer a trajetória da dívida pública. Será feito de forma fiscalmente responsável. O valor é um tema que está em discussão. **FIM PODE SER ADIADO** Historicamente, a definição de um valor para o fundo foi um dos maiores entraves para a reforma. Ribeiro disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem visão "muito convergente" com a

do grupo de trabalho da Câmara a respeito do assunto, mas ressaltou que os valores ainda não foram fechados. Ao unificar impostos federais, estaduais e municipais, a reforma impede que os governos locais concedam incentivos tributários, porque eles não poderão mais definir sozinho suas alíquotas. É por meio desses incentivos que os estados e municípios tentam atrair empresas para suas localidades. Esses benefícios vão durar até 2032. Mas já se discute prorrogá-los até 2034 como parte das negociações.

As negociações conduzidas por Haddad são para que os incentivos sejam reduzidos gradualmente até se encerrarem. Dessa forma, a conta seria menos salgada, já que o fundo também seria reduzido gradualmente. Durante o período de transição, os estados e municípios teriam direito de usar os recursos para fomentar ou manter atividades produtivas das empresas. O relatório da reforma tributária sugere que isso seja financiado "primordialmente" por recursos da União. Governadores e prefeitos das re-

giões Sul e Sudeste também querem acessar essas verbas, uma vez que Norte, Nordeste e Centro-Oeste já possuem outros instrumentos de fomento regional, como fundos constitucionais.

**ALÍQUOTAS INDEFINIDAS** O relatório ainda define que esse repasse anual seja classificado como despesa obrigatória e fique de fora do limite de gastos a ser instituído pelo novo arcabouço fiscal. Um dos pilares do relatório da reforma é a fusão de PIS, Cofins e IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O sistema será dual. Ou seja, uma parcela da alíquota será administrada pelo governo federal, e a outra, por estados e municípios. As alíquotas, porém, não foram apresentadas.

— Essa não é uma reforma de governo. Não é uma reforma ideológica. Não é reforma de direita, não é reforma de esquerda, é uma reforma estrutural do Estado brasileiro — disse Ribeiro. — Em nenhuma hipótese haverá aumento da carga tributária. Ponto. Setores como a indústria defendem a reforma, mas os serviços temem aumento de carga tributária. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já disse que o projeto é necessário para estimular investimentos e produção e garantir a reinustrialização. Em carta aberta, a Confederação do Comércio (CNC) afirmou apoiar a reforma, mas ressaltou que não há mais espaço para aumento de tributos: "As empresas brasileiras estão asfáltadas".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15